

A R E

A C E

3

8

2

0

/

8

2

C N F

|

/

|

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA RECIFE



INFORME Nº 02, 15 / ARE / 82

3820/82

DATA: 01 DEZ 82

ASSUNTO: FERNANDO ANTÔNIO GONÇALVES

ORIGEM: ARE/SNI

REFERÊNCIA: .*.

AVALIAÇÃO: A-1

DIFUSÃO ANTERIOR: .*.

DIFUSÃO: SS-06

ANEXO: Cópia xerox de 1 folha da revista "ISTO É".

1. No início do ano de 1982, foi criado um Grupo de Trabalho (GT-82) coordenado pelo engenheiro AÉCIO GOMES DE MATTOS e pelo Instituto Pedroso Horta, órgão de estudos do PMDB, com a finalidade de elaborar uma proposta de Governo para os futuros Governadores a serem eleitos pelo PMDB em 15 NOV 82.
2. Cerca de duzentas pessoas estavam envolvidas no trabalho e FERNANDO ANTÔNIO GONÇALVES fez parte do Grupo de Pernambuco (ver foto anexa), que recebeu a incumbência de apresentar, até o mês de maio do corrente ano, a proposta de Governo de MARCOS DE BARROS FREIRE, candidato (derrotado) a Governador pelo PMDB/PE.
3. FERNANDO ANTÔNIO GONÇALVES é Diretor de Recursos Humanos da Fundação Joaquim Nabuco, no RECIFE/PE, e está prevista a sua nomeação para uma Superintendência daquele órgão.

Todo pessoa que tomar conhecimento deste documento é responsável pela manutenção do seu sigilo (Art 12 do RSAS - Dec N.º 79 099 - 77)

CONFIDENCIAL

realismo. A orção deve ser feita por um nome contra o qual ninguém possa dizer nada. Principalmente com as forças com as quais ele vai lidar".

Seguem na mesma linha de exercício da convivência as declarações dos candidatos, segundo as quais a função de um governo estadual é dirigir o Estado, não afrontar o governo federal. E a recíproca também é válida, comenta José Serra. Não faz sentido, observa, o governo federal pretender prejudicar São Paulo só porque ali estará um governador do PMDB. Prejudicando São Paulo, estará prejudicando o próprio país — pois, afinal, a população paulista é um quinto da nacional e gera quase a metade do produto nacional.

O argumento é bom, mas talvez não resista à prática política do PDS. No ano passado, por exemplo, o BNH investiu 30 bilhões de cruzeiros em saneamento básico em São Paulo. E o metrô recebeu 10 bilhões de cruzeiros de Brasília. Viria esse dinheiro se o governador fosse Montoro?

Na verdade, a convivência entre governos da oposição e o governo do PDS talvez seja mais um exercício de poder de lado a lado. O governador de São Paulo manipula recursos em torno de 15 bilhões de dólares — considerando o orçamento do Estado (630 bilhões de cruzeiros em 1981), o dinheiro das empresas públicas (CESP, Eletropaulo etc.) e dos bancos, o Banespa, a Caixa Econômica e o Badesp, banco de desenvolvimento. E apenas 10% das receitas paulistas são transferências de verbas federais.

Como se vê, São Paulo não ficará à míngua se brigar com Brasília. Só o Banespa teve no ano passado depósitos da ordem de 180 bilhões de cruzeiros, com o que disputa a posição de terceiro lugar entre os bancos brasileiros. E, em tese, pode aplicar seus recursos como quiser. Pode, por exemplo, não apoiar inteiramente uma política de crédito agrícola decidida em gabinetes de Brasília. Mais importante, entretanto, é o que se chama de "poder de alavancagem" do Banespa. O banco tem agências no país inteiro, no mundo inteiro, o que facilita a

obtenção de recursos para São Paulo. No ano passado, por exemplo, essa situação do Banespa permitiu que o governo paulista levantasse no mercado internacional, com certa facilidade, recursos de 100 milhões de dólares.

Por certo, é diferente o caso de Estados mais pobres e dependentes, como ocorre com Pernambuco. Ainda assim, são mais de 6 milhões de pessoas, numa região onde a Sudene e o Banco do Nordeste têm compromissos já assumidos, verbas empenhadas. O Rio Grande do Sul, de outro lado, com 7,7 milhões de habitantes, é um importante Estado exportador, chamado o "celeiro do Brasil".

Pode-se concluir assim que, por mais centralizado que seja o regime, os governadores terão poderosos instrumentos em suas mãos, sobretudo se a oposição ganhar em Estados

governador crismado pelo voto direto nunca é um delegado de Brasília.

Mas o argumento da força dos governadores funciona nos dois sentidos. Ele mostra que, mesmo no atual modelo centralizado, é viável um governo de oposição. Só que essa viabilidade exagera os temores do chamado "sistema". Montoro, o PMDB e as alas esquerdas que habitam o partido tomando conta de 15 bilhões de dólares anuais? O impacto político disso é evidente. O econômico, administrativo e social se verá logo. Pois, se dizem que seu objetivo será governar e não afrontar o governo federal, os candidatos do PMDB também informam que suas administrações "inverterão sinal". Não mais políticas que favoreçam minorias e grandes empresas, afirmam, mas programas para a maioria da população, com a participação de

suas organizações. "Vamos governar juntos" é o slogan comum da campanha do PMDB — e exprime a principal promessa dos candidatos da oposição: "a democratização da gestão de coisa pública", como define José Serra.

Em São Paulo, o senador Franco Montoro baseia sua campanha em três princípios: 1) descentralização da administração e do poder estadual; 2) participação das comunidades nas decisões de seu interesse; e 3) uma política geral que, em todos os setores, pro-

move a geração de empregos. No momento, as assessorias do candidato tratam de traduzir essas idéias em propostas concretas — e uma destas tem merecido atenção especial. Trata-se da formação dos conselhos regionais, nas onze grandes regiões administrativas do Estado de São Paulo. Esses conselhos, a ser criados na primeira etapa do governo Montoro, serão integrados por prefeitos, representantes das Câmaras de Vereadores, deputados votados na região e representantes da comunidade (quer dizer, de sindicatos de trabalhadores, associações de bairro, entidades empresariais e todas aquelas que tenham algum papel de relevo nos municípios de uma região). O conselho opinará sobre as prioridades da área, mas sobretudo



Matos, ao centro, e o grupo de Pernambuco: planos em maio

importantes. Só São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul representam coisa de 35 milhões de brasileiros. Poderá ressurgir assim o que se convencionou chamar de "política de governadores", característica de certos períodos recentes da vida brasileira. E os candidatos do PMDB sabem dessa força: "Vamos remover os entulhos que restam da ditadura, começando pelo maior deles, o centralismo, que transformou a Federação em figura de ficção". Todos os candidatos do PMDB já anunciam que, eleitos, formarão uma sólida frente para reclamar uma reforma tributária de modo a redistribuir mais recursos para os Estados e municípios. Nisso, não será estranho se tiverem o apoio de governadores eleitos pelo PDS. O

F

I

M